

PAISAGEM, MORTE E CONTROLE SOCIAL: O VALONGO E O CEMITÉRIO DOS PRETOS NOVOS NO CONTEXTO ESCRAVOCRATA DO RIO DE JANEIRO NOS SÉCULOS XVIII E XIX

ANDREA LESSA
REINALDO BERNARDES TAVARES
CLAUDIA RODRIGUES CARVALHO

Arqueóloga e Professora Adjunta no Museu Nacional/UFRJ. | lessa.mn@gmail.com
Arqueólogo, Historiador e Doutor em Arqueologia. | reinaldo.arqueologia@gmail.com
Professora Adjunta de Antropologia Biológica do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/ UFRJ. | claudia@mn.ufrj.br

RESUMO ABSTRACT

Paisagens, inseridas em contextos culturais específicos, assumem o caráter de fenômeno social cujos significados atribuídos pelo homem podem ser interpretados através dos estudos arqueológicos. Uma representação plena da paisagem, antiga ou atual, no entanto, é tarefa impossível, uma vez que seu impacto sensorial sobre os indivíduos é único e subjetivo. O espaço é entendido e vivido de forma diferente pelos distintos grupos sociais que interagem em um mesmo contexto espacial e cronológico. Partindo dessa perspectiva, será apresentada a paisagem da região do Valongo no contexto do complexo escravista do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX, discutindo-se seu papel enquanto lugar carregado de significados de opressão e violência. As narrativas sobre as indignidades praticadas no Cemitério dos Pretos Novos serão revisitadas à luz do controle social exercido sobre os cativos africanos, a partir de novos dados arqueológicos e bioarqueológicos.

Palavras-chave:

Arqueologia da paisagem; escravidão africana; Valongo; cemitério dos Pretos Novos

Landscapes, associated with specific cultural contexts, assume the character of a social phenomenon whose meanings attributed by man may be interpreted through archaeological studies. A full representation of the landscape, ancient or modern, however, is an impossible task, since its sensory impact on individuals is unique and subjective. Space is understood and lived differently by distinct social groups that interact in the same spatial and chronological context. From this perspective, the landscape of the Valongo region will be presented in the context of the Rio de Janeiro slave complex in the eighteenth and nineteenth centuries, discussing its role as a place loaded with meanings of oppression and violence. The narratives on the indignities practiced in the Pretos Novos Cemetery will be revisited in the light of the social control exerted on African captives, based on new archaeological and bioarchaeological data.

Key words:

Landscape archaeology; african slavery; Valongo; Pretos Novos cemetery



PAISAGENS CULTURAIS SÃO símbolos. Tendo como base epistemológica a hermenêutica (GEERTZ, 1989; 2001) a paisagem inserida em contextos históricos específicos assume o caráter de fenômeno social cujos significados atribuídos pelo homem podem ser interpretados. Apropriando-se dessa perspectiva, a arqueologia compreende as paisagens como elementos da cultura material, passíveis de serem analisadas como um artefato. E como tal, possuem uma natureza dual, haja vista que sua formação e transformação ao longo do tempo atuam simultaneamente tanto como vetor quanto como produto das relações sociais.

Quando apropriadas pelo homem, as paisagens transmitem mensagens sociais codificadas a partir da sua própria natureza física, motivando ou restringindo comportamentos, mas também estão sujeitas ao conjunto de regras que normatizam as relações sociais, entre elas as, de poder e autoridade, e conseqüentemente de igualdade/desigualdade. A conjugação entre o caráter ativo/passivo das paisagens culturais em seus diferentes níveis (da micro à macroescala) dentro de um sistema social redimensionam sucessivamente, de forma lenta ou abrupta, a configuração da sociedade no qual está inserido. Assim, tal como discutido por Rubertone (1989), a paisagem não apenas é resultado de práticas culturais específicas, mas também atua como mediadora das relações sociais.

Esse movimento constante pode ser comparado a um sistema de retroalimentação, no qual a formação e transformação das paisagens em conexão com valores e comportamentos sociais formam um circuito assimétrico, cuja homeostase interna determina a eficiência na reprodução ou contestação do poder vigente. Fatores de ordem econômica, estratégica, ritualística, política, sentimental e/ou ideológica conjugam-se de forma alternada e com distinta relevância na rede de significação de uma sociedade, o que faz de cada paisagem cultural um *lugar* único no tempo e no espaço.

Segundo o geógrafo cultural Duncan (1990), o estudo da paisagem cultural deveria contemplar duas etapas: *a análise dos mecanismos através dos quais a paisagem atua*, abordagem que parece privilegiar seu caráter ativo e peculiaridades físicas naturais e construídas; e *o seu papel na constituição das práticas sociais e políticas*, abordagem que, por sua vez, opera a partir do seu caráter passivo enquanto sistema de significados.

Thomas (2001), por sua vez, enfatiza a necessidade de se olhar para a paisagem como um palco vivo das relações sociais, sendo seu estudo, portanto, fundamental para arqueologia, pois se mostra

como um importante “sistema referencial” onde as ações humanas são plasmadas em associação com seus contextos temporais.

Uma representação plena e objetiva da paisagem, antiga ou atual, no entanto, é tarefa impossível, uma vez que seu impacto sensorial sobre os indivíduos é único e abstrato. No palco vivo descortinado por Thomas, as relações humanas e com o próprio meio são permeadas por cheiros, texturas, imagens, ruídos e sabores. A tradução, análise e processamento dessas informações sensoriais, em conjunto, formam um panorama único. Partimos, portanto, de uma perspectiva fenomenológica (THOMAS, 1996; TILLEY, 2004), segundo a qual, atrelados ao cenário envolvente e às próprias percepções individuais e culturais, os indivíduos desenvolvem os sentimentos conscientes e inconscientes com os quais dialogam no seu cotidiano.

Uma leitura interpretativa da paisagem deve se fundamentar também, na premissa de que, o espaço é experienciado de forma diferente pelos distintos grupos sociais que nele interagem, tal como discutido por Darvill (1999). No caso aqui apresentado, a paisagem da região do Valongo teria significados diferentes para os mercadores, compradores e cativos africanos. Da mesma forma, os códigos, símbolos e crenças são relativos a determinado tempo histórico, cabendo aos pesquisadores o esforço por reconhecê-los e interpretá-los sem anacronismos. As relações entre espaço, lugar, paisagem e ação social são melhor apreendidas quando dialogam para a formação de um conceito amplo de análise trans-cultural, voltado para uma região específica de pesquisa.

A partir dessa perspectiva, será discutido o papel de um lugar carregado de significados de opressão e violência na urbe carioca, o qual esteve diretamente relacionado ao comércio de escravizados africanos. Uma paisagem natural, a região do Valongo, e uma paisagem construída, o Cemitério dos Pretos Novos, representantes explícitos de uma sociedade marcada pela indignidade do comércio de seres humanos.

O COMPLEXO ESCRAVISTA DO VALONGO NOS SÉCULOS XVIII E XIX

A região hoje ocupada pelos bairros cariocas da Gamboa e Saúde foi transformada, a partir do início do século XIX, por aterros e desmonte parcial de seus morros. A geografia atual pouco se parece com a original, e as evidências do seu passado obscuro foram quase completamente apagadas.

No século XVIII essa região, distante do centro da cidade, ocupada por chácaras e por pescadores, era conhecida como Valongo. Sua paisagem e importância histórica começam a se alterar quando, em 1769, o Vice-rei Marquês do Lavradio transfere o cemitério dos Pretos Novos do Largo de Santa Rita para um terreno próximo ao morro da Saúde¹, e em 1774 finaliza o processo de retirada do mercado de escravos da Rua Direita (atual 1º de Março), instalando-o em armazéns ao longo da rua do Valongo (atual Rua Camerino) e das enseadas do Valongo e Valonguinho (TAVARES, 2018).

De acordo com Honorato (2008), a transferência do comércio de escravos², então realizado na área mais movimentada da cidade, para o subúrbio, passava por questões de controle sanitário e do espaço urbano. Ao entrarem em contato com a população, os africanos contaminados teriam dado início a uma série de epidemias que grassaram o Rio desde o final do século XVII. A transferência do mercado de africanos era uma solicitação antiga da câmara, que ainda no início do século XVIII, devido ao receio de contágio, requereu uma “visita da saúde” em todos os navios vindos de Angola, Costa da Mina e São Tomé que entrassem no porto do Rio.

Em janeiro de 1758 mais uma vez os vereadores se debruçaram sobre o tema, convidando médicos e cirurgiões para deliberarem, a fim de tomarem providências sobre a questão. Finalmente foi acordada a definição de uma nova área para a localização do comércio dos africanos recém-chegados, e o local escolhido foi o Valongo por ter

acesso por mar e por terra, através do então caminho do Valongo (posteriormente Rua do Valongo) (CAVALCANTI, 2005).

Os negociantes envolvidos com o comércio dos escravizados entraram imediatamente com recurso contestando o Edital e os argumentos da questão sanitária, tida como “falsa e contrária à verdade”. Alegaram que as embarcações recebiam rotineiramente a visita do médico da saúde, sem a qual o desembarque não era permitido, e que somente negros sem doença contagiosa eram autorizados a desembarcar (HONORATO, 2008).

Uma parcela dos negociantes de africanos obedeceu às determinações do edital, enquanto outros permaneceram com o comércio na cidade, confiantes de que seu recurso seria acatado. Em 1765 o Senado republicou o edital, o qual incluía também os cativos que vinham de Pernambuco, Bahia e Maranhão. A iniciativa fracassou mais uma vez graças aos depoimentos dos médicos e cirurgiões que atuavam na área e trabalhavam para os negociantes de africanos, os quais alegaram que não tinham conhecimento de nenhuma epidemia introduzida na cidade através de escravos vindos da costa da África.

A situação se define, entre acirrados conflitos, somente em 1774, mediante a emissão de um documento pelo Marquês do Lavradio proibindo definitivamente o comércio de africanos escravizados dentro da cidade. A partir de então, após os desembarços alfandegários, os escravos novos deveriam ser reembarcados e conduzidos à região do Valongo, junto à praia, onde se localizavam os depósitos ou armazéns onde eles ficavam confinados até serem vendidos.

Antes de serem conduzidos ao Valongo, no entanto, havia o período de quarentena que deveria ser cumprido no ancoradouro da distante Ilha de Bom Jesus, segundo Regulamento de 1810. As embarcações atracavam na enseada do Poço ou da Boa Viagem e, aguardavam a

visita dos oficiais da Provedoria da Saúde, os quais determinavam quantos dias cada navio deveria permanecer em quarenta, conforme as moléstias que traziam a bordo. Esse período nunca era inferior a oito dias, e os escravos novos sadios e doentes cumpriam a quarentena juntos.

Esse sistema não agradava aos comerciantes, os quais não queriam ficar atacadados duas vezes, e alegavam haver o risco de contaminação dos escravos sadios pelos doentes durante a quarentena. Argumentavam também, que o aumento dos custos com este procedimento tornaria o comércio de africanos inviável. Após muitos debates entre o provedor-mor e os negociantes de africanos, ficou determinado através de alvará de julho de 1810 que seria construído um lugar para quarentena dos escravos novos adiante do sítio da Saúde; e que os que chegassem sadios seriam lavados, vestidos com roupas novas e entregues a seus donos para serem vendidos nos armazéns do Valongo.

No entanto, não havia naquele local nenhuma edificação adequada para tal finalidade. Sem poder contar com recursos públicos, foram convocados os maiores negociantes de africanos para o financiamento da obra, localizada atrás do monte de Nossa Senhora da Saúde. O lazareto da Saúde teve grande importância no sistema de comércio escravista do Rio de Janeiro na medida em que tirava de circulação uma parte dos Africanos que desembarcavam moribundos ou acometidos por doenças devastadoras, como a varíola e o sarampo, impedindo contaminações em grande escala. Ainda assim, muitos cativos morriam durante o confinamento nos armazéns do Valongo (PEREIRA, 2013).

Assim, o complexo voltado para o comércio de cativos africanos, que contava com cais para descarga final dos cativos, armazéns para confinamento e venda, e cemitério, tornou-se completo em 1811 com a construção do Lazareto à beira-mar, na encosta oeste do morro da Saúde.

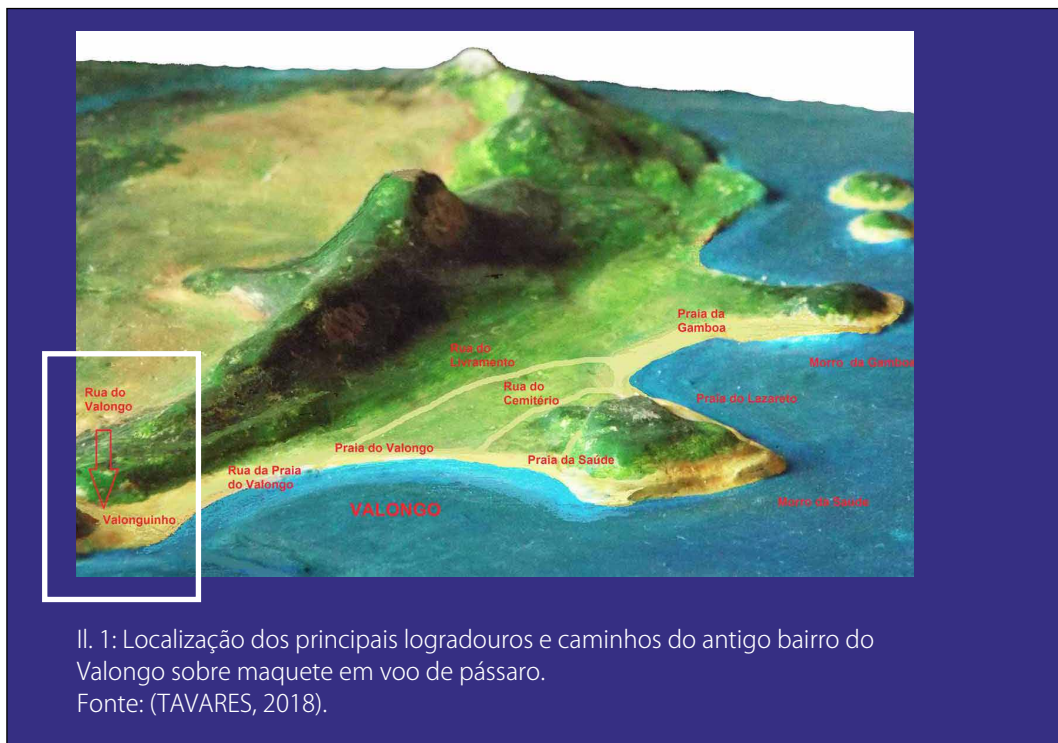
VALONGO: UMA PAISAGEM DE CONTROLE SOCIAL

As características geográficas particulares da região do Valongo dentro da malha urbana da cidade do Rio de Janeiro certamente influenciaram na sua ocupação enquanto complexo voltado para as atividades de comércio escravista. Trata-se de um território geograficamente circunscrito, no qual os aparelhos urbanos necessários foram estrategicamente edificadas (TAVARES, 2018³).

De uma forma geral, os barracões de confinamento e venda se concentravam nas partes mais estreitas das vias, confinadas entre o morro e o mar. Essa escolha tinha um caráter prático, uma vez que os cativos, se devidamente vigiados e presos a grilhões, não poderiam escalar facilmente os paredões de rocha dos morros da Conceição, Livramento e Saúde, correr nas areias das Praia do Valongo, do Propósito e da Saúde ou penetrar através do manguezal de São Diogo. Existia apenas uma rota de fuga teoricamente viável para fora do Valongo, a qual passava pela a Rua do Valonguinho e prosseguia pela Rua do Valongo (Caminho do Valongo), trechos que formam a atual Rua Camerino. (Il. 1)

Tratava-se, portanto, de uma logística que fornecia não apenas o suporte necessário para as atividades comerciais, mas também para as ações coercitivas empregadas na manutenção da ordem sobre centenas de indivíduos subjugados. As fugas, revoltas e mesmo roubos da preciosa carga eram sem dúvida uma constante preocupação dos negociantes. Assim, as diferentes instituições que compunham o complexo escravista do Valongo articulavam-se para promover um dos maiores esquemas de comércio de cativos africanos das Américas.

A descarga final dos cativos era feita no lado oeste do Morro da Saúde, sua face mais íngreme, onde também estava localizado o lazareto



Il. 1: Localização dos principais logradouros e caminhos do antigo bairro do Valongo sobre maquete em voo de pássaro.
Fonte: (TAVARES, 2018).

para quarentena dos doentes; embora localizado no subúrbio distante, o acesso dos compradores e negociantes de escravos e demais comerciantes era viabilizado através da Rua do Valongo, uma via de ligação direta entre o centro da cidade e o mercado; o destino final daqueles que pereciam devido às doenças e à violência era o cemitério localizado no caminho da Gamboa, entre o lazareto e a enseada do Valongo; e, junto ao mercado, foi instalado o quartel da Segunda Companhia da Guarda Real de polícia na década de 20 do século XIX (TAVARES, 2018).

A proximidade dos locais de quarentena e de confinamento e venda dos escravos novos, com o cemitério onde eram depositados seus corpos, certamente não foi uma coincidência e deve ser entendida sob uma perspectiva que vai além da praticidade. Assim, dentro da lógica de manutenção da ordem e da necessidade de controle sobre um número cada vez maior de cativos, é plausível compreender as ações realizadas

no chamado cemitério dos Pretos Novos, após sua mudança de endereço para o Valongo, sob uma perspectiva que vai além do descaso e do desrespeito com seres humanos que eram considerados “peças”. A localização do cemitério atenderia perfeitamente a uma estratégia silenciosa, porém eficaz, de violência psicológica, utilizada enquanto instrumento de coerção moral e dominação física dos escravos novos.

UM DEPÓSITO DE CORPOS NA PAISAGEM

São poucas as informações disponíveis em fontes primárias sobre as práticas de sepultamento realizadas no cemitério dos Pretos Novos. Talvez *depósito de corpos* seja um termo mais adequado. Pereira (2007) destaca que uma das características da historiografia sobre o século XIX foi a de deslocar a questão da morte e do sepultamento dos escravos para a periferia das temáticas centrais da política brasileira, tornando-a um assunto secundário, menos urgente, quase inexistente. Dessa forma, o tema foi quase apagado do imaginário nacional, dificultando avanços em seu esclarecimento.

Apenas os viajantes estrangeiros, chocados, achavam importante relatar o terrível cenário diante do qual se deparavam ao transitar pela Rua do Cemitério. Naturalmente, aquele não era um lugar que despertasse o desejo de conhecer em muitas pessoas, estrangeiras ou não. E, somente pelo fato de que a partir da década de 20 do século XIX sua presença tenha se tornado infactível devido ao adensamento populacional na região nordeste da cidade, existem também alguns documentos oficiais disponíveis.

Portanto, embora seja reconhecida na historiografia moderna a precariedade do espaço destinado aos corpos dos pretos novos, e o desrespeito com que eram tratados, é reconhecida também a fragilidade desses testemunhos. Não apenas devido à escassez, mas também por se tratar de tema susceptível às sensibilidades dos atores sociais da época, entendemos que cotejar as narrativas históricas com os dados arqueológicos e bioarqueológicos seja um

importante começo para a construção de um conhecimento mais sólido sobre as práticas de inumação dos cativos recém-chegados da África.

Assim, o objetivo deste trabalho é confirmar ou refutar as poucas informações que não se perderam ao longo do tempo sobre o destino dado aos corpos dos escravos novos, além de complementá-las, para então situar o papel desse espaço funerário em uma paisagem socialmente construída para constranger física e moralmente.

A HISTÓRIA CONTADA POR OUTROS: UM CENÁRIO DEVASTADOR

Uma das descrições mais eloquentes sobre as formas de tratamento dos mortos no cemitério dos pretos novos está presente no relato do viajante alemão W. Freireyss, que esteve no Brasil em 1814:

Próximo à Rua Valongo está o cemitério dos que escapam para sempre à escravidão. Em companhia do meu amigo Dr. Schaeffer, que chegou aqui a bordo do navio russo Suvarow, em maio de 1814, em viagem ao redor do mundo, visitei este triste lugar. Na entrada daquele espaço, cercado por um muro de cerca de 50 braças em quadra, estava assentado um velho com vestes de padre, lendo um livro de rezas pelas almas dos infelizes que tinham sido arrancados da sua pátria por homens desalmados, e a uns 20 passos dele alguns pretos estavam ocupados em cobrir de terra seus patrícios mortos e, sem se darem ao trabalho de fazer uma cova, jogam apenas um pouco de terra sobre o cadáver, passando em seguida a sepultar outro. No meio deste espaço havia um monte de terra da qual, aqui e acolá, saiam restos de cadáveres descobertos pelas chuvas que tinham carregado a terra e ainda havia muitos cadáveres no chão que não tinham sido enterrados. Nus, estavam apenas envoltos numa esteira, amarrada por cima da cabeça e por baixo dos

pés. Provavelmente procede-se ao enterramento apenas uma vez por semana e como os cadáveres facilmente se decompõem, o mau cheiro é insuportável. Finalmente chegou-se a melhor compreensão, queimando de vez em quando um monte de cadáveres semidecompostos (FREIREYSS, 1982, p. 134).

Na época da transferência do mercado de escravos para o Valongo, ainda no século XVIII, a região pouco povoada era formada basicamente por chácaras. No entanto, segundo Pereira (2007), o comércio seguiu o mercado, assim como as pessoas. O primeiro quartel do século XIX presenciou o adensamento populacional da região noroeste da cidade e o espaço destinado aos corpos dos pretos novos ganhou vizinhos que logo se mostraram insatisfeitos.

Por outro lado, segundo as estimativas de Fragoso e Florentino (2001), o volume de importação de africanos cativos apresentou um aumento significativo a partir de 1810, o que naturalmente se refletiu no número de pretos novos enterrados no cemitério do Valongo. O espaço logo se tornou pequeno para a demanda cada vez maior de corpos, 6.119 apenas entre 1824 e 1830 (PEREIRA, 2007). Com relação ao tamanho do cemitério, Freireyss o descreve “cercado por um muro de cerca de 50 braças em quadra”. Note-se que não são cinquenta braças quadradas, mas em forma de quadra, ou seja, próximo ao formato quadrado. Uma vez que uma braça tem 2,20 metros, é possível estimar um muro de cerca de 110 metros para toda a quadra, com 25 metros de comprimento para cada face do quadrado (TAVARES, 2018). De fato, um espaço com capacidade muito aquém de receber tantos corpos em um intervalo de tempo tão pequeno.

Assim, conforme discutido por Pereira (2007), os vizinhos do cemitério dos pretos novos não tardaram em redigir requerimentos solicitando sua transferência para um local mais remoto. Em 1821 um requerimento endereçado ao príncipe regente informa os danos sofridos à saúde dos moradores do bairro do Valongo devido à

proximidade do cemitério dos pretos novos *em razão de nunca serem bem sepultados os cadaveis [sic]*.

A fim de se informar sobre a situação, o Intendente de Polícia João Ignácio da Cunha solicitou ao juiz de crime da freguesia de Santa Rita, ainda em 1821, que verificasse in loco as condições do local. O juiz confirma ... *ser este muito limitado em g^{de} numero de pretos que morrem, e que nelle hão de ser enterrados* (PEREIRA, 2007).

Seguindo com os trâmites burocráticos referentes aos requerimentos, os reclamantes foram intimados a depor como testemunhas na casa do juiz de crime, em dia e hora marcados, sobre os motivos que os levaram a solicitar o fechamento do cemitério. José Maria dos Santos Lopes alega que as janelas têm que ser fechadas devido ao mau cheiro que exala do cemitério e que a saúde dos moradores está sendo arruinada devido a um ...*grande numero de corpos que ali enterrão e sendo o terreno muito pequeno e pessimamente administrado e q athe chega a estar os corpos vinte e quatro horas sem serem enterrados e mais*. José Francisco Moreira atribui o terrível odor que exala do cemitério ... *por ser o terreno muito pequeno para tantos corpos pára serem mal interrados...* Outros depoimentos apresentam teor semelhante, sendo a principal queixa a pestilência que obriga a todos a se manterem fechados dentro de suas casas (PEREIRA, 2007).

No ano seguinte, 1822, o próprio Intendente de Polícia foi até o cemitério averiguar a situação relatada e fez a seguinte descrição:

O espaço que constitui o cemitério é muito pequeno para nele enterrarem tantos corpos de pretos novos, como os que ordinariamente para ali são mandados, além disso são mal enterrados, porque esse trabalho está confiado a um, ou dois, escravos, que não se cansam de fazerem covas fundas, porém sobre tudo me admirou a nenhuma decência do lugar. Pelo lado do fundo está tudo aberto, dividido do quintal de uma propriedade vizinha por uma cerca de esteiras, e pelos outros dois lados com mui baixo

muros de tijolos, e no meio uma pequena cruz de paus toscos mui velhos, e a terra do campo revolvida, e juncada de ossos mal queimados.

Se aquele espaço de terreno, e local, era suficiente, e próprio para cemitério dos pretos novos no tempo em que foi para isso destinado, não se pode dizer, que o é presentemente, porque naquele tempo era muito menor o número de pretos novos que se introduziam nesse porto, e por conseqüência muito menos morriam, naquele tempo o lugar do cemitério era despovoado, hoje está rodeado de prédios habitados de moradores: não é fácil porém achar-se terreno [...] as circunstâncias [...] para servir de cemitério; porque perto não o há, e longe é um tanto incômodo para a condução dos cadáveres; e então pertencia a outra freguesia, em prejuízo dos rendimentos e [...] do atual vigário." (CUNHA, 1822 *apud* PEREIRA, 2007 p. 84-85).

Em 1824 uma portaria ordenou ao provedor-mor da Saúde que averiguasse se o cemitério dos escravos novos causava males à saúde. O testemunho de Francisco Manoel de Paula indica que a situação não mudara em relação às primeiras reclamações dos vizinhos:

...por ser muito pequena a superfície do cemitério relativamente ao número de cadáveres, que ali se enterram anualmente; por ser muito baixa a situação do terreno, e cercada de casas, que embaraçam a corrente do ar necessária para conduzir as emanações do cemitério para fora da povoação; por ter o terreno muito pouca altura de terra sobre o pântano, de maneira que a pouca profundidade ficam os cadáveres mergulhados em água, sendo um terreno desta natureza não só impróprio para consumir os corpos, mas muito apto para aumentar a putrefação dos mesmos, e finalmente por se achar cercado de casas habitadas por todos os lados; sendo além disso de crer, que haja descuido do modo de fazer as sepulturas por ser isso entregue a um negro coveiro, e

que portanto deve ser removido para lugar competente”.
(DE PAULA, 1824 *apud* RODRIGUES. 2005).

Às vésperas do seu fechamento, os escravos novos continuavam sendo descartados sem qualquer dignidade no depósito de corpos do Valongo. Em 1829 o juiz Presidente da Câmara da Corte Luiz Paulo de Araújo Bastos envia um ofício à Câmara Municipal no intuito de incitá-la a resolver os assuntos de sua competência, no caso a transferência dos cemitérios para fora dos templos, “bem como tudo o que fosse relativo à saúde pública” (Pereira 2007). Sua descrição da situação em nada difere das anteriores: “Covas abertas tanto à superfície do terreno, que apenas um palmo resta para cobrirem-se os corpos que nelas se lançam aos pares”.

Os relatos apresentados convergem para um cenário no qual os corpos eram depositados no solo de forma coletiva, apenas envoltos em esteiras e sem qualquer forma de arranjo. Permaneciam praticamente insepultos, sendo jogado apenas um punhado de terra por cima, o que resultava em terrível mau cheiro por todo o bairro, além de cenas repugnantes dos corpos em decomposição. Sobre a questão das sepulturas propriamente ditas, existe uma divergência nos relatos haja vista que em 1822 o Intendente de Polícia descreve a abertura de covas fundas, o que vai de encontro ao contexto apresentado. Os corpos não eram ‘enterrados’ diariamente, mas permaneciam sobre o solo durante alguns dias para se proceder à inumação de uma só vez. Diante de um depósito extremamente exíguo para acomodar uma grande quantidade de corpos, eles eram regularmente queimados em uma tentativa infrutífera de se amenizar o horrível cheiro da morte e otimizar o espaço totalmente saturado.

Embora esse cenário se apresente de forma consistente, apesar da incompletude, cabe ressaltar que foi apreendido através de discursos narrados por atores sociais que experimentaram emoções e percepções sensoriais associadas às atividades no cemitério, mas

que não experienciaram de fato as práticas acima descritas. Assim, buscando cotejar a perspectiva de ambos os sujeitos históricos, os dados arqueológicos e bioarqueológicos recuperados na escavação do Cemitério dos Pretos Novos serão apresentados a seguir, sempre que possam validar, contrapor ou complementar as informações disponíveis nas fontes históricas primárias.

OS PRETOS NOVOS CONTAM SUA PRÓPRIA HISTÓRIA

O Cemitério dos Pretos Novos foi descoberto em 1996 durante uma obra de reforma na residência do casal Ana Maria de La Merced e Petrócio Guimarães, localizada na Rua Pedro Ernesto 34, Gamboa. Sua localização precisa esteve perdida durante décadas após o seu desmantelamento legal em 17 de fevereiro de 1855, através do artigo 1º do Decreto nº 1557, que estabeleceu o regulamento para os cemitérios públicos e particulares da cidade do Rio de Janeiro. Pouco tempo depois as terras onde os cativos recém-chegados encontraram seu destino final foram loteadas e ocupadas por residências. Mas naturalmente ninguém gostaria de viver sobre os ossos de africanos escravizados e o espaço funerário se tornou invisível, um triste capítulo da nossa história foi propositalmente enterrado sob o passar dos anos e apagado da historiografia e da memória popular. Essa situação, no entanto, vem sendo arduamente revertida graças aos esforços do casal Guimarães, com o apoio de familiares e amigos, a partir da criação da *ONG Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos* – IPN em 2005.

Na ocasião da descoberta do cemitério, a bioarqueóloga Lilia Cheuiche Machado conduziu o primeiro estudo sobre os remanescentes humanos encontrados pelos operários e recuperados durante o trabalho de resgate arqueológico. Os ossos encontravam-se muito impactados, apresentando características variáveis de coloração, densidade e integridade, relacionadas aos processos tafonômicos peri e pós deposicionais, antigos e recentes. Apesar dos esforços de Machado (1996), as análises foram bastante prejudicadas devido

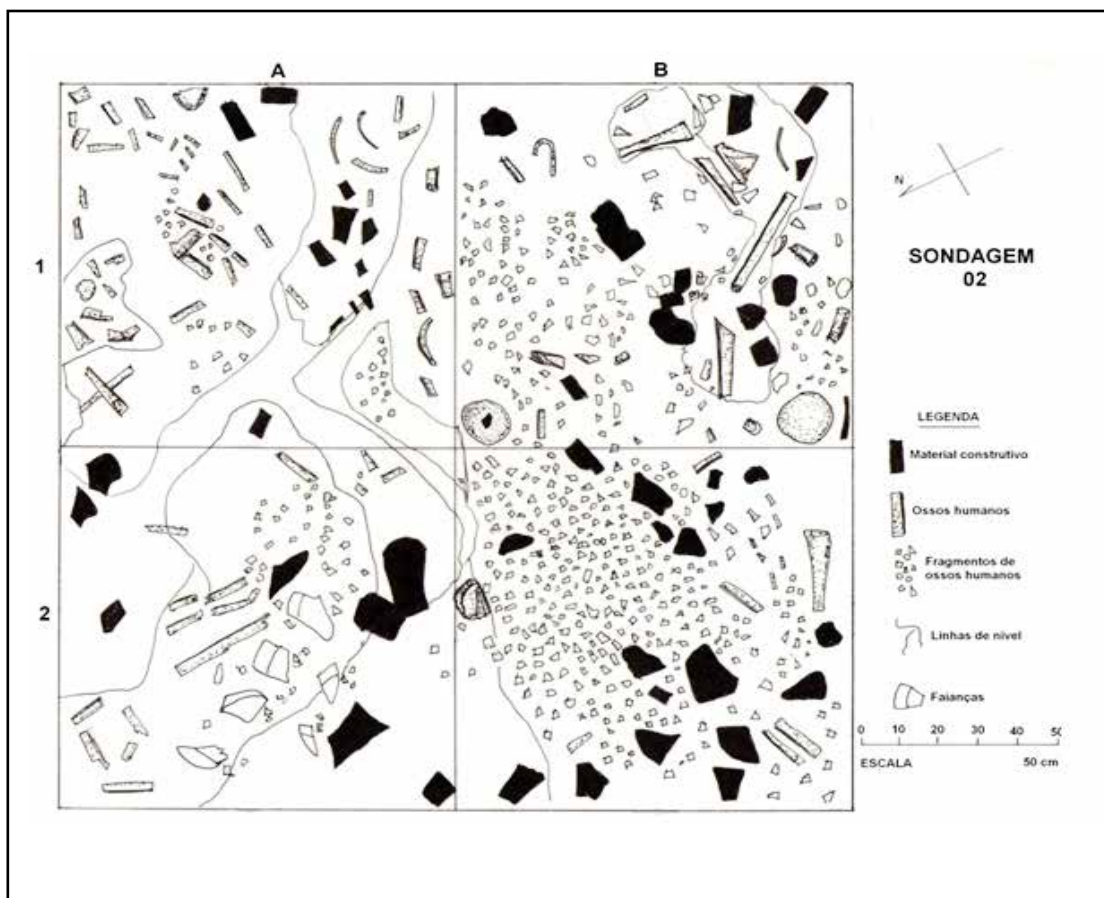
à desorganização anatômica, mistura e fragmentação dos ossos, e principalmente devido à ausência de uma escavação controlada.

Apenas quinze anos após sua descoberta, entre 2011 e 2012, o espaço funerário sofreu novas intervenções no âmbito da pesquisa de mestrado do arqueólogo Reinaldo Bernardes Tavares, que realizou 2 sondagens com 0,50 m de profundidade. O objetivo do projeto foi delimitar espacialmente o cemitério, cuja única informação disponível nas fontes primárias era até então bastante imprecisa, para fins de proteção legal em face da crescente especulação imobiliária que se iniciara na região com a implantação do projeto Porto Maravilha.

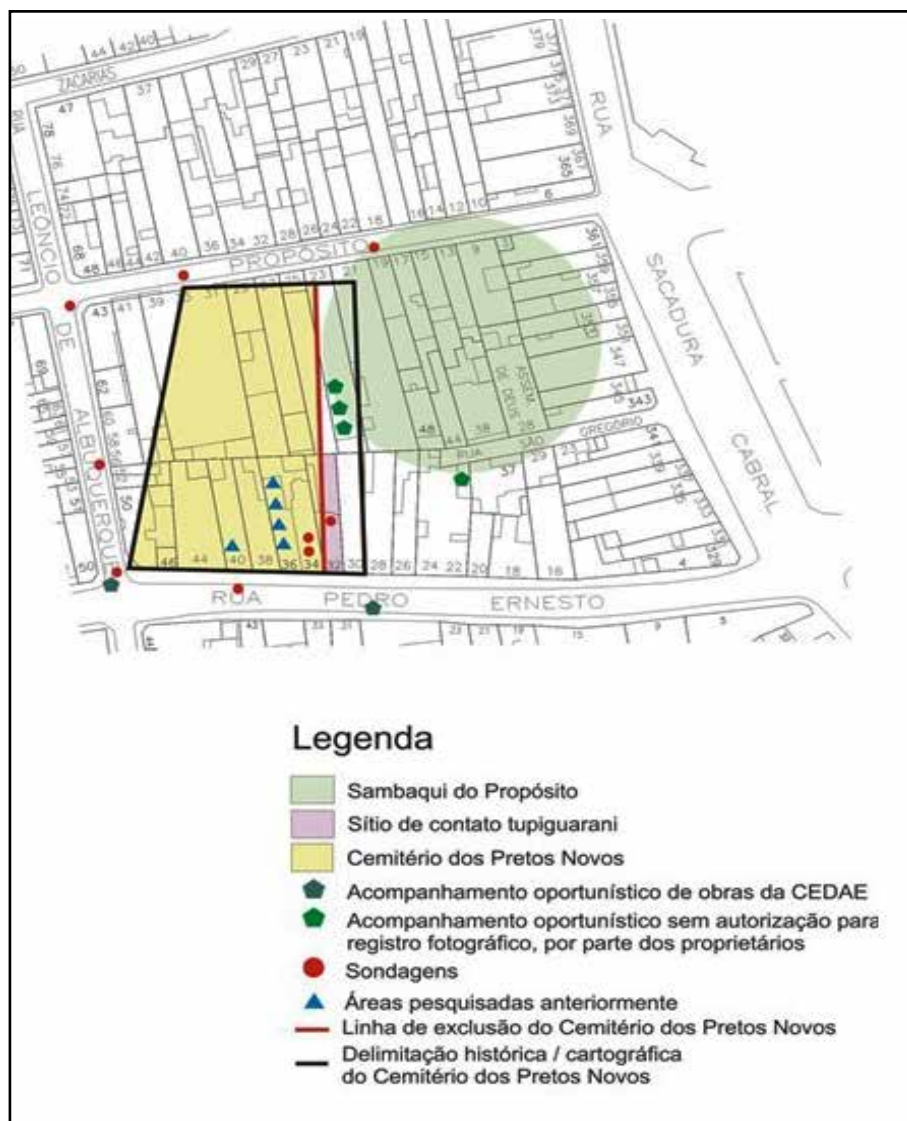
Finalmente, em dezembro de 2016 iniciou-se uma nova etapa de pesquisa⁴ no sítio, o qual seria pela primeira vez escavado em profundidade e com estratigrafia controlada, além de abordado sob uma perspectiva multidisciplinar, a partir dos referenciais teórico-metodológicos da arqueologia funerária e da bioarqueologia.

A escavação se concentrou na sondagem nº 2 de 2,00 x 2,00 m, evidenciada por Tavares em 2012, com nível inicial em 0,60 m⁵. A área foi dividida em quatro quadrículas de 1,00 x 1,00 (A1, A2, B1, B2) (Il. 2). É importante notar que o local das sondagens corresponde a uma área limítrofe do espaço funerário, na quina sudoeste, junto à Rua Pedro Ernesto, o que significa que foi escavada a periferia do sítio. (Il. 3)

O perfil estratigráfico obtido na primeira fase de pesquisa, em 2011-2012, mostrou que nos níveis acima de 0,50 m existe uma camada de cerca de 40 centímetros de concreto ciclópico, depositado diretamente sobre o solo. A água com alta concentração de cimento Portland dissolvido percolou por capilaridade o solo areno-argiloso, provocando o fenômeno solo-cimento. O solo dotado de composto cimentício adquiriu grande resistência mecânica, dificultando o processo de escavação manual.



Il. 2: Cemitério dos Pretos Novos. Notem-se as duas sondagens realizadas, localizadas em área limítrofe do espaço funerário na quina sudoeste, junto à Rua Pedro Ernesto. Fonte: (TAVARES, 2012).



Il. 3: Planta de situação - Quadra compreendida entre Ruas Pedro Ernesto, Sacadura Cabral, Propósito e Leôncio de Albuquerque, assinalando a delimitação do Cemitério dos Pretos Novos

Fonte: (TAVARES, 2012).

Nos primeiros níveis do piso arqueológico os conjuntos ósseos expostos através de decapagem, bastante impactados em função do assentamento da laje de concreto, não demonstraram qualquer organização intencional. Os ossos misturados ao solo cimentado estavam fortemente acidificados e se partiam ao toque do pincel. Por várias vezes foi possível apenas fotografar e desenhar seu contorno, sendo impossível recolher qualquer evidência física além de pequenos fragmentos ósseos. Uma característica predominante chamou imediatamente a atenção: a presença de alterações térmicas nos tecidos ósseos e dentários, tal como assinalado anteriormente por L. C. Machado (MACHADO *apud* TAVARES, 2012).

Contextos não perturbados foram finalmente encontrados na campanha de 2016-2017, quando foram escavadas as quadrículas A1 e A2. A partir do nível 0,75 m da quadrícula A1 os fragmentos ósseos se tornam maiores e observa-se um padrão na sua deposição, que passa a se apresentar de forma agrupada, porém desorganizada, e inclinada no sentido norte-sul. Nenhum sinal de conexão anatômica indicativa de sepultamento primário foi observado (Il. 4). Esse padrão se mantém inalterado até a cota de 1,05 m. (Il. 4)

Esses dados indicam claramente a prática de queima dos corpos, conforme descrito nos relatos de época. Uma dissertação de mestrado sobre as alterações térmicas observadas nos tecidos ósseos e dentários está em andamento, mas uma análise preliminar macroscópica da coloração dos fragmentos mais íntegros permite afirmar que os remanescentes dos pretos novos foram submetidos a diferentes graus de calor, chegando à calcinação.

A deposição agrupada, desorganizada e inclinada no sentido centro-periferia do sítio sugere algum tipo de aplainamento de área, ou áreas, mais elevadas, onde se concentrava um número maior de corpos. Os remanescentes seriam então empurrados para as laterais do terreno,



Il. 4: Quadrícula A1 – nível 0,75. Notem-se os ossos inclinados no sentido centro-periferia (N-S) do terreno correspondente ao Cemitério dos Pretos Novos.
Fonte: Acervo Reinaldo Tavares. Foto: Reinaldo Tavares.

mais baixas, junto com o pouco sedimento que os encobria Essa situação vai ao encontro da descrição de Freireyss:

...No meio deste espaço [do cemitério] havia um monte de terra da qual, aqui e acolá, saiam restos de cadáveres descobertos pelas chuvas que tinham carregado a terra e ainda havia muitos cadáveres no chão que não tinham sido enterrados (FREIREYSS, 1982).

Tanto a queima dos corpos quanto o nivelamento do terreno seriam práticas necessárias para a otimização do espaço, repetidamente descrito como exíguo nos textos primários.

Entre os níveis 0,75m e 1,05m observa-se a presença de vários crânios, os quais possivelmente se deslocaram para a parte mais baixa do terreno devido ao seu formato esférico (Il. 5). É importante perceber que em um nível logo abaixo alguns segmentos anatômicos encontravam-se articulados, como crânio e mandíbula, tornozelo e quadril, indicando que a movimentação dos remanescentes ocorrera com alguns corpos semidecompostos. (Il. 6)

Esse rearranjo dos corpos parcialmente decompostos dentro do espaço funerário indica a plausibilidade das descrições de enterramentos



Il. 5: Quadrícula A1 – níveis 0,75m e 1,00m. As setas indicam os restos e negativos de oito crânios em pequena área de 1m x 1m. Devido à queima e demais processos tafonômicos, alguns crânios se encontravam muito fragilizados, desintegrando-se ao toque do pincel. A linha tracejada indica ossos do tornozelo articulados.
Fonte: Acervo Andrea Lessa. Foto: Andrea Lessa.



Il. 6: Detalhe da figura 5. As linhas tracejadas indicam segmentos anatômicos articulados. À esquerda pode ser observado o negativo de um crânio e os dentes da maxila e da mandíbula em perfeita oclusão. À direita a linha mostra ossos de tornozelo articulados (tíbia, tálus, calcâneo, e metatarsianos), embora ligeiramente mal posicionados. Um pequeno pedaço de fíbula estava próximo ao conjunto, em posição anatomicamente coerente. É possível que as falanges do pé estejam dentro da parede do perfil. Fonte: Acervo Andrea Lessa. Foto: Andrea Lessa.

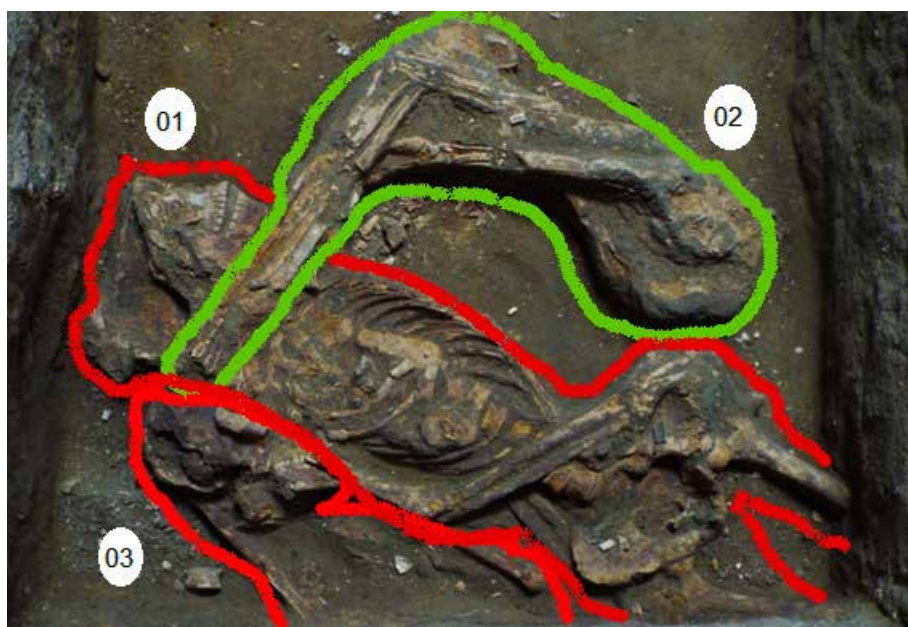
realizados de forma muito superficial. Nesse sentido é interessante destacar que não foram observados indícios de preparação de covas para o depósito dos corpos.

A escavação avançou em profundidade na quadrícula A2. A partir do 1,10m, embora o contexto ainda se apresentasse perturbado, os ossos apresentaram-se mais íntegros e diminuiu a frequência de marcas de alteração térmica, até o seu desaparecimento.

O primeiro sepultamento indiscutivelmente primário⁶, com o esqueleto completamente articulado, começou a ser evidenciado a 1,20 m (01). Durante o processo de decapagem observamos a presença de outros esqueletos igualmente articulados, embora em condições de

PAISAGENS HÍBRIDAS

preservação muito variadas. Após a evidenciação completa do conjunto esquelético, a 1,50m, foi constatada a presença de quatro indivíduos depositados uns sobre os outros, em distintas direções, sem qualquer posicionamento intencional dos membros. A forma como os ossos dos diferentes indivíduos se encaixava, diretamente uns nos outros, indica que foram enterrados ao mesmo tempo, sem que os corpos tenham sido cobertos por terra. (Il. 7)



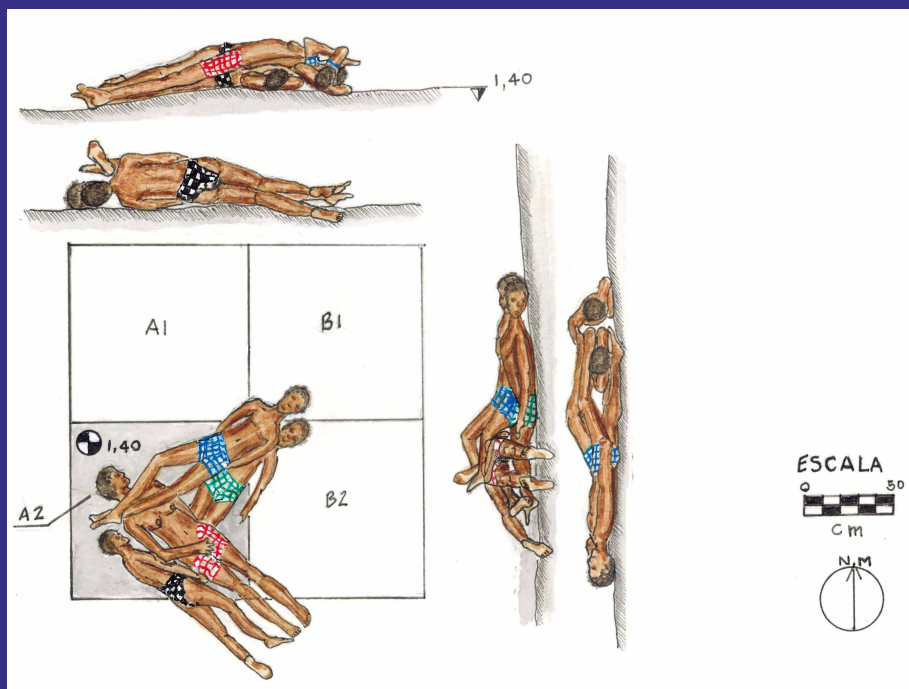
Il. 7: Sepultamento múltiplo parcialmente escavado com três indivíduos em destaque.

Fonte: Acervo Reinaldo Tavares, Reinaldo Tavares.

Apenas o esqueleto 01 pôde ser satisfatoriamente evidenciado. Os esqueletos 02 e 03 estavam muito frágeis e incompletos, e o esqueleto 04 encontra-se parcialmente encoberto pelo esqueleto 01 e pela parede do perfil sul. Assim, é possível oferecer apenas um cenário parcial da situação desses indivíduos no momento em que foram enterrados: o primeiro indivíduo do conjunto a ser depositado foi o 04, provavelmente apoiado sobre as costas. Não foi possível identificar se foi depositado no sentido NE-SE ou ao contrário, em função do seu estado de preservação

muito precário; em seguida foi depositado o indivíduo 03, quase completamente apoiado sobre a barriga, com a cabeça voltada para direção oeste; o indivíduo 01 foi depositado na sequência, na mesma direção, apoiado sobre as costas, porém com o tronco ligeiramente de lado, o braço direito sobre a barriga e o esquerdo possivelmente sob o corpo. Uma parte do seu lado direito ficou apoiada sobre o indivíduo 03, o que é observado através da sobreposição do seu braço sobre a mandíbula e braço direito do primeiro; o indivíduo 02 foi depositado de lado, com o tronco voltado para a direção sudoeste e pernas fletidas passando por baixo do pescoço do indivíduo 01. (Il. 8)

Essa configuração do conjunto esquelético remete ao enterro de pretos novos que morreram em momento muito próximo, provavelmente devido a uma das inúmeras epidemias que assolavam o Rio de Janeiro no período, ou confirma o testemunho de Freireyss segundo o qual se procediam aos enterramentos apenas uma vez por semana.



Il. 8: Esquema dos enterramentos.

Fonte: Acervo Reinaldo Tavares, Desenho: Reinaldo Tavares.

É interessante perceber que na medida em que os níveis estratigráficos se tornam mais profundos, e a escavação atinge os momentos iniciais de atividade do cemitério, são encontrados os sepultamentos articulados, mas estão ausentes os ossos com alterações térmicas. Naturalmente, nos primeiros anos de funcionamento, o espaço conseguia absorver a demanda de cativos que morriam após entrar na Baía da Guanabara. Com a intensificação do tráfico após a primeira década do século XIX, o solo ganhou volume, especialmente nas partes mais centrais. A queima dos corpos e o aplainamento do terreno foram as alternativas encontradas para dar continuidade ao bem-sucedido esquema de comércio de escravos, o qual necessitava de um depósito para os mortos estrategicamente localizado.

O DEPÓSITO DE CORPOS DOS PRETOS NOVOS: UM LUGAR DE MORTE SOCIAL

Os dados arqueológicos e bioarqueológicos acima apresentados descortinam um panorama em tudo condizente com as narrativas do século XIX. A total ausência de quaisquer normas eclesiásticas, com exceção talvez do ... *velho com vestes de padre, lendo um livro de rezas pelas almas dos infelizes...*, e mesmo sanitárias, evidentemente tomava toda a região com um terrível odor.

Nesse ponto é interessante retornar ao relato do Intendente de Polícia, de 1822, sobre a proximidade do cemitério em relação aos seus vizinhos: *Pelo lado do fundo está tudo aberto, dividido do quintal de uma propriedade vizinha por uma cerca de esteiras e pelos outros dois lados com mui baixo muros de tijolos....* João Ignácio da Cunha não faz menção a qualquer proteção na parte da frente do terreno, com vistas para a rua. É possível, portanto, que todo aquele desrespeito à dignidade humana estivesse exposto ou apenas sutilmente velado ao olhar dos transeuntes, em grande parte compostos pelos escravos novos. Tal como discutido por Andres Zarankin (ZARANKIN, 2012), a presença de muros enquanto limites entre determinadas áreas constitui um discurso segregador. Nesse

caso, sua ausência transmitiria uma mensagem ainda mais eloquente, uma vez que representava a exposição direcionada para um grupo específico de atores sociais, de práticas e cenários escatológicos interditados às pessoas daquela época e lugar.

Segundo Tavares (2018), com a abertura da Rua do Livramento, deixou de ser necessário para a população em geral transitar pela Rua do Cemitério para acessar a Praia da Gamboa. E, uma vez que, a partir de 1811, o desembarque das arcações de cativos foi regulado para a Praia da Saúde, criou-se informalmente uma rota terrestre obrigatória para o mercado, a qual passava em frente ao cemitério dos pretos novos. Um caminho, literalmente, com público cativo. Não é difícil imaginar o medo que as condições degradantes causariam, e o quanto influenciariam no comportamento dos africanos através da coerção simbólica. A visão dos corpos insepultos de parentes, malungos e outros africanos transmitiria uma mensagem claramente agregadora, segundo a qual não havia separação espacial e social entre vivos e mortos.

Pereira (2007), ao discutir a cosmologia da África central, de onde era proveniente grande parte dos pretos novos, demonstra a importância dos antepassados para a sua existência física e espiritual. Morrer longe dos ancestrais, ou não poder venerá-los, era sem dúvida um “mal morrer”. Os elaborados rituais fúnebres garantiam que os restos mortais não caíssem em mãos de feiticeiros que poderiam usá-los para todo tipo de malefícios, portanto, era inconcebível que os corpos ficassem insepultos. Nesse caso, se desprenderiam espíritos para atormentar e castigar os vivos que não se ocuparam adequadamente do descanso do morto. As questões relacionadas à morte e ao culto aos ancestrais eram de tal forma importantes no âmbito da religiosidade centro-africana que se tornaram comuns as filiações de cativos a irmandades de pretos e pardos, a fim de garantir as condições de seu sepultamento (SOARES, 2000).

Assim, a apresentação de uma morte aterrorizante teria atuado como importante ferramenta para minimizar os riscos inerentes à imposição

do cativo. Praticamente todos os africanos recém-chegados teriam a oportunidade de presenciar o tratamento indigno dado a parentes e malungos durante a breve caminhada do lazareto até o mercado, ou mesmo durante o confinamento antes da venda, haja vista a grande proximidade entre o cemitério e os barracões. Freireyss (1982) relatou que os escravos expostos no mercado podiam até mesmo ver o cemitério, tamanha era a proximidade entre ambos.

A eloquente mensagem era transmitida através da visão dos corpos amontoados e mal sepultados, e das aves carniceras e dos odores da sua decomposição e quima. Toda essa intensa experiência sensorial se daria antes mesmo da distribuição final dos africanos no comércio varejista e não deixaria dúvidas: a violência, as doenças e a morte estariam sempre à espreita enquanto estivessem no mercado do Valongo. Pelo menos nesse primeiro contato com sua nova realidade, a subordinação ao cativo seria o caminho mais garantido para a sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma arqueologia voltada para a elucidação de processos históricos através da leitura de sistemas de significado da paisagem cultural atua em terreno fértil ao buscar uma visão abrangente da área estudada, em termos geográficos e em suas duas dimensões conceituais: enquanto paisagem natural, cujas características podem influenciar o comportamento e as atividades humanas; e enquanto paisagem construída, mediante sua apropriação, transformação, ressignificação e utilização, intencional ou não, no tecimento da malha social.

No caso aqui discutido, uma paisagem cujas características geográficas naturalmente circunscritas, favoreceram a ordenação de um espaço de acesso restrito, logo bastante adequado para o confinamento de pessoas subjugadas. Através da transformação e do domínio, foi, portanto, delimitado um território agora entendido a partir das *relações sociais projetadas no espaço* (SOUZA, 1995). Nesse sentido, o depósito de corpos de pretos novos do Valongo pode ser considerado um triste

símbolo. Um lugar revestido de signos que explicitamente ameaçavam a integridade física e espiritual, que oprimia a esperança, e inibia o desejo de fuga dos cativos africanos, mas que finalmente, após quase dois séculos de silêncio começa a contar sua própria história.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, N.O. Desembarques. In: Florentino M. (org.), *Tráfico, cativo e Liberdade*. Rio de Janeiro, século XVII-XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DARVILL, T. The Historic environment, historic landscape, and space-time-action models in landscape archaeology. In: Ucko, P; Layton, R. (eds). *The archaeology and anthropology of landscape*. Shaping your landscape. [S.l: s.n], 1999.

DUNCAN, J.S. *The city as text: the politics of landscape interpretation in Kandy Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

FREIREYSS, G.W. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: EDUSP. 1982.

FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M.G. *O arcaísmo como projeto: mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, - c. 1790 c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

_____. 2001. *O saber local*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

MACHADO, L. C. Sítio cemitério dos Pretos Novos: Análise Biocultural – interpretando os ossos e os dentes humanos. In: DIAS, O.; CARVALHO, E.; ZIMMERMANN, M. (Orgs.). *Estudos contemporâneos de arqueologia*. Palmas: UNITINS/IAB. p. 11 – 58, 2006.

PEREIRA, J.C.M.S. Revisitando o Valongo: Mercado de almas, lazareto e cemitério de africanos no portal do Atlântico (a cidade do Rio de Janeiro, no século XIX). In: *Revista de História Comparada* 7(1): 218-243, 2013.

SOARES, M.C. *Devotos da Cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RODRIGUES, J. *De costa a costa. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, M.A. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, M.J.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro I.E.; Gomes, P.C.; Corrêa, R.L. (Orgs.). *Geografia Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TAVARES, R.B. *Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

TAVARES, R.B. *O Valongo através de um outro olhar*. Arqueologia da paisagem do complexo escravista do Rio de Janeiro no século XIX. Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. [2018].

TILLEY, C. *The materiality of stone. explorations in the landscape phenomenology* 1. Oxford Berg, 2004.

THOMAS, J. Archaeologies of place and landscape. In: HODDER, Ian (Org). *Archaeological theory today*. Cambridge: Polity, 2001.

_____. *Time, culture and identity: an interpretative archaeology*. London: Routledge, 1996.

ZARANKI, Andrés. *Corpos congelados: uma leitura metafórica de paredes e muros em Belo Horizonte, MG*. In: MACEDO, Jackeline de; ANDRADE, Rubens de; TERRA, Carlos. *Arqueologia na paisagem: novos valores, dilemas e instrumentais*. Rio de Janeiro: RIO BOOKS, 2012.

NOTAS

- ¹ Para uma história do Cemitério dos Pretos Novos, consulte Pereira, 2007; para dados de geografia histórica da região do Valongo consulte Soares, 2006.
- ² Para mais informações sobre o comércio de escravos no Rio de Janeiro, consulte Honorato, 2008.
- ³ Tavares, em sua tese de Doutorado (defesa prevista para julho de 2018) faz um estudo sobre Arqueologia da Paisagem na região do Valongo sob a perspectiva da coerção social, utilizando a cartografia da época e as técnicas de modelagem 2D e 3D.
- ⁴ Portaria IPHAN – CNA nº 30, de 10 de junho de 2017, publicada no D. O. U em 13 de junho de 2016 e prorrogada através da portaria IPHAN – CNA nº 60, de 20 de outubro de 2017, publicada no D.O,U em 23 de outubro de 2017. Projeto de Tese de Doutorado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional/UFRJ. Coordenador geral: Reinaldo Bernardes Tavares; coordenadora de Bioarqueologia: Prof.^a Andrea Lessa; arqueólogo de campo: Nelson Pereira Mendonça Junior; técnicos: Andrei Santos, Hugo Fraga Beust e João Gustavo Alves Cha-Cha; supervisão técnica: prof.^a Andrea Lessa e prof.^a Claudia Rodrigues Carvalho.
- ⁵ Para informações detalhadas sobre a escavação do cemitério dos Pretos Novos, consultar Tavares 2018.
- ⁶ A estimativa é de um indivíduo do sexo feminino com pouco mais de 20 anos. Foi respeitosa e carinhosamente chamada de Bahkita por um membro da equipe, em homenagem à santa Josefina Bahkita, padroeira dos escravizados e sequestrados.